

## LIBERALISMO, SECULARIZAÇÃO E MAÇONARIA: O CASO BRASILEIRO E URUGUAIO

ELIANE LUCIA COLUSSI

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (RS)

### Por que comparar as duas realidades?

O objetivo deste trabalho é estudar dois processos políticos e culturais ocorridos em países da América do Sul durante o século XIX, buscando estabelecer um quadro comparativo entre duas realidades históricas. O tema de análise é o processo de secularização das sociedades brasileira e uruguaia, enfatizando especialmente as décadas que se seguem a 1850. O estudo de dois Estados vizinhos e com o mesmo recorte cronológico poderá nos revelar as prováveis influências da maçonaria em razão da proximidade geográfica, além das *semelhanças* e *diferenças* na evolução histórica dos dois países, especialmente na constituição de modelos de cultura política construídos nos dois Estados<sup>1</sup>.

No campo das proximidades ou semelhanças, a recepção e difusão do ideário liberal a partir dos processos de independência sul-americana do início do século XIX foram, sem dúvida, um elemento comum às duas sociedades. Importante também foi a presença da maçonaria, com posicionamentos próximos e abrangendo uma multiplicidade de espaços de sociabilidades das elites locais, especialmente as do campo das idéias. A defesa da secularização dos Estados e o anticlericalismo aberto foram comum aos segmentos liberais e maçônicos nos dois países. Aspectos que revelam as diferenças ou especificidades de cada sociedade dizem respeito às opções prioritárias de cada uma das maçonarias, assim como aos aspectos culturais particulares.

Assim, no Brasil, a maçonaria, na maior parte do século XIX, teve uma atuação prioritariamente político-parlamentar e de propaganda do anticlericalismo por meio da imprensa. Ela teve dificuldades de criar instituições ou campanhas que agregassem um grande número de maçons e de liberais na luta pela secularização da sociedade. Não conseguiu também ser vitoriosa nas suas lutas pela secularização da sociedade antes da proclamação da República. A forte ligação monarquia e Igreja Católica revelaria uma das faces do conservadorismo político brasileiro.

No Uruguai, os esforços maçônicos rapidamente conseguiram fundar instituições culturais que indicavam a questão da educação como prioridade na luta pela secularização da República uruguaia. Assim, propaganda, ações parlamentares, divulgação de panfletos, livros foram amplamente utilizados para viabilizar o projeto de reforma da escola uruguaia e a defesa

intransigente do ensino científico ou racional, assim como a não- obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas.

### Alguns pontos em comum: o campo da política

A crise do sistema colonial e o crescimento do movimento emancipacionista na América coincidiram com a penetração do movimento maçônico. No Brasil, na segunda metade do século XVIII, já se tem notícia da existência de iniciativas de instalação de lojas maçônicas. Nessas associações encontramos muitos maçons brasileiros que haviam sido *iniciados* quando estudantes na Europa<sup>2</sup>. Quando se intensificou o processo de independência do Brasil, no início do século XIX, a maçonaria passou a se constituir num dos principais espaços de *sociabilidades* e de articulação política na defesa dos interesses da elite brasileira.

A maçonaria uruguaia instalou-se tardiamente no seu território em relação ao Brasil. Essa dificuldade maior dos maçons uruguaios esteve relacionada aos longos períodos de guerra civil e de instabilidade política própria da história nacional uruguaia. Assim, o primeiro centro maçônico de que se tem notícia em nas terras uruguaias foi instalado no ano de 1827, no período próximo ao processo de independência política do país<sup>3</sup>. Mais tarde, a mesma loja se instalou sob a obediência do Grande Oriente do Brasil, potência que comandou a maçonaria uruguaia por muitos anos.

Destaca-se que foi somente na segunda metade do século XIX, nos dois países, que a instituição maçônica se consolidou quantitativa e qualitativamente. Nesse momento, os posicionamentos liberais e anticlericais cresceram em termos de adesão dos segmentos políticos e intelectuais nos dois países. A luta pela secularização dos Estados brasileiro e uruguaio foi prioridade maçônica e se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Polêmicas e disputas no nível dos discursos e das ações colocaram em lados opostos liberais e maçons contra os representantes da Igreja Católica.

### O anticlericalismo liberal e maçônico: influência no campo cultural

A principal característica da atuação maçônica na segunda metade do século XIX foi a consolidação dos seus posicionamentos anticlericais. Os enfrentamentos mais importantes e violentos entre maçonaria e Igreja Católica ocorreram, nos dois países, a partir da década de 1870. O que norteava a ação inicial da maçonaria poderia ser sintetizado na defesa quase ingênua da “liberdade de culto”.

No caso brasileiro, as leis do período imperial permitiam o exercício de cultos não católicos desde que em lugares reservados, não públicos. Um bom exemplo sobre as conseqüências da não-liberdade de culto ou da ingerência católica sobre a vida social esteve relacionada à luta pela secularização dos cemitérios. No Brasil, em termos legais, em 1828, a legislação já previa a criação

de cemitérios municipais construídos com fundos públicos. A força da pressão católica adiou em praticamente todo o Brasil a efetiva secularização. Assim, somente na década de 1870 o problema caminhava para a sua solução, isto é, a obrigatoriedade da criação de cemitérios públicos municipais, de preferência em regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Durante esse período, os setores liberais, e entre eles maçons, protestantes, judeus e ateus, defendiam a secularização dos cemitérios; de outro lado, a Igreja Católica pretendia manter a jurisdição que lhes garantia o monopólio da administração dos cemitérios, um dos privilégios garantidos pela Carta de 1824. O que parecia uma polêmica circunscrita ao campo jurídico e das idéias revelava um cotidiano complexo e desigual em termos sociais.

Também no Uruguai, a maçonaria se mobilizou na campanha para tirar da Igreja Católica a tutela sobre os cemitérios: “El primer choque con la Iglesia se produjo porque a raíz de un incidente particular, el Gobierno decretó la secularización de los cementerios. Esto hizo que se iniciara una polémica muy fuerte entre los partidarios y los opositores de dicha medida. Los católicos liberales que conformaban la masonería, se opusieron con fuerza al sector ortodoxo del catolicismo, respaldado por los jesuitas”<sup>4</sup>.

### A questão religiosa: a maçonaria brasileira e o anticlericalismo

Foi com a eclosão da questão religiosa (1872-1875) que o confronto católico-maçônico se radicalizou no Brasil<sup>5</sup>. O famoso episódio foi, sem dúvida, o momento de maior visibilidade nas disputas entre maçonaria e Igreja católica no Brasil. O conflito entre os bispos brasileiros, o poder monárquico e a maçonaria teve origem nas condenações do papa Pio IX (1846-1879) ao liberalismo e, particularmente, à maçonaria. Essas condenações se deram principalmente pelas bulas *Quanta Cura* e o *Syllabus Errorum*, de 1864 e 1865. O papa pretendia se contrapor às vitórias liberais e ao crescente processo de laicização da sociedade em escala mundial.

No Brasil, os bispos dom Vital, de Olinda, e dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, foram os porta-vozes da política do Vaticano e tornaram-se os mais conhecidos e raivosos inimigos do liberalismo e da maçonaria. A forte e crescente presença maçônica em muitos espaços sociais assustava os dirigentes católicos, que acreditavam na existência de um complô do liberalismo e da maçonaria, com o aval do poder monárquico para destruir a Igreja Católica.

A perseguição católica aos suspeitos de pertencerem à maçonaria, que se seguiu às orientações papais, criou um clima de explosão de ânimos: expulsão de membros de irmandades, negação de sepultamento aos suspeitos de serem maçons, divulgação de notas na imprensa com ataques mútuos, etc. O governo imperial teve de interceder para pôr fim à polêmica; assim, utilizando-se da legislação regalista, decidiu pela condenação e prisão dos bispos ultramontanos

rebeldes. O crime pelo qual os dois bispos foram condenados foi o de desobediência às leis, que submetiam o poder da Igreja ao poder civil brasileiro.

As posições anticlericais da maçonaria foram deslocadas como uma estratégia de combate ao jesuitismo. Dessa forma, muitas vezes se explicavam os confrontos com a Igreja sem, no entanto, atacar o catolicismo. De forma geral, na imprensa maçônica, assim como nas manifestações públicas de maçons, aparecem explicações dando conta de que a ordem era atacada e agredida sem razões que justificassem tal situação. Por sua vez, os maçons não se colocavam contra a instituição católica, nem mesmo eram concorrentes no campo religioso, pois “se os bispos refletissem, conheceriam, que a luta que suscitam, só a eles pode prejudicar, com desvantagem da religião católica, a qual tão desastrosamente assim pensam servir. Com efeito, desde o sul até o norte não deixam passar pretexto, de que se não prevaleçam para ostentarem-se infensos a congregação maçônica, cujo intuito, todo humanitário, consagra-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem.”<sup>6</sup>.

O fim do episódio da questão religiosa, com a posterior condenação e prisão dos bispos em 1874, não pôs fim ao debate sobre a relação Estado e Igreja. De certa forma, a questão religiosa só seria formalmente encerrada com a separação Estado/Igreja, quando do advento da proclamação da República em 1899. Os posicionamentos anticlericais da maçonaria brasileira foram se aprofundando à medida que se aproximava o final do século XIX. Um ponto importante nesse sentido é que a maçonaria brasileira somente passou a priorizar o campo educacional no enfrentamento com a Igreja Católica no final do século XIX.. No Uruguai, os maçons já se mobilizavam desde a década de 1860, ao passo que, no Brasil, o debate em torno da não-obrigatoriedade do ensino religioso e a criação de escolas próprias se desenvolveu na passagem para o século XX. Uma diferença importante é que, no caso brasileiro, as propostas no campo educacional não chegaram a evoluir para uma proposta de reforma do sistema como um todo. Como veremos a seguir, no Uruguai, a maçonaria e seus aliados políticos elaboraram seu projeto e lutaram firmemente pela sua aprovação. A maçonaria brasileira optou por projetos de criação de escolas maçônicas para fazer frente ao crescimento da influência dos jesuítas e do catolicismo no campo educacional<sup>7</sup>.

### A reforma da escola uruguaia: a maçonaria e o anticlericalismo

A crescente secularização da elite intelectual da sociedade uruguaia era visível na década de 1860. Por exemplo, em 1861 ocorreu um choque entre governo e Igreja, que resultou no desterro do Monsenhor Jacinto Vera a Buenos Aires em outubro de 1862. Nesse sentido, “habría que señalar que el apartamiento progresivo de la elite intelectual, de los doctores montevidianos, de la Iglesia católica, iba a culminar en una postura racionalista y anticlerical que habrá de caracterizar

a la gran mayoría de esa intelectualidad uruguya en lo resytaba del siglo XIX y principios del siglo XX.”

Assim, a principal luta dos setores liberais e maçônicos foi em defesa da adoção de modelos educacionais racionalista /laicos pelo Estado uruguaio. No Brasil, a maçonaria assumiu um projeto mais efetivo no campo educacional apenas na virada do século XIX para o XX, ao passo que, no Uruguai, a maçonaria já se manifestava nesse sentido desde a década de 1850. Estes primeiros passos já apontavam na direção da necessidade de uma grande reforma da escola uruguaia. Em 1857, a maçonaria fundou em Montevideu uma escola laica projetada para proporcionar ensino gratuito aos filhos das vítimas da epidemia de febre amarela que havia assolado a população. Outro exemplo ocorreu no ano seguinte, quando a loja maçônica de Salto criou a primeira escola laica no interior do Uruguai. “Más tarde iguales centros de enseñanza comenzaron a funcionar en todas las localidades donde existían talleres de la orden; en esas escuelas se impartía ‘enseñanza gratuita a los hijos de los masones y los niños de las familias necesitadas, y mediante paga, al resto de los alumnos’”<sup>8</sup>.

Outro passo importante nesse sentido foi a criação, em 1868, da Sociedade Amigos da Educação Popular, entidade originada de iniciativa maçônica importante no projeto de secularização da sociedade uruguaia, via sistema educacional. Em torno da entidade se agruparam não só integrantes da ordem maçônica, mas também liberais de diversos matizes. Para a divulgação e propaganda das idéias anticlericais, a imprensa ocupou um papel de destaque naquele contexto. Além disso, durante o período próximo a sua fundação, a essa sociedade preocupou-se em traduzir para o castelhano várias obras estrangeiras sobre temáticas educacionais. Seus membros editaram os primeiros textos escolares redigidos no país e empenharam-se na fundação de escolas, tanto na capital como no interior da República uruguaia. Outra iniciativa de repercussão cultural foi a fundação de bibliotecas populares, que objetivavam uma maior difusão da cultura. Em Montevideu, a primeira manifestação concreta da sociedade ocorreu quando da criação de uma escola-piloto destinada a servir de laboratório para o ensino de novos métodos de ensino.

Nessa mesma perspectiva, a fundação do Clube Universitário, em 1868, e do Clube Racionalista, em 1872, foi fundamental nesse processo. A maioria dos sócios-fundadores dessas entidades era reconhecidamente integrante da ordem maçônica. Assim, a tônica da atuação das duas entidades foi a divulgação e propaganda dos seus posicionamentos de oposição, não ao catolicismo mas, sim, à Igreja Católica. Por isso, defendiam “la creencia en Dios, la inmortalidad del alma y la defensa de la razón y la libertad”<sup>9</sup>.

Todas essas iniciativas articuladas apontavam na direção da considerada necessidade de uma reforma escolar no Uruguai. Um ponto importante da reforma seria quanto ao fim da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. A posição da Igreja Católica foi de manter, de

forma intransigente, essa obrigatoriedade, além do catecismo nas escolas elementares. Assim, o confronto entre liberais e maçons contra os setores representativos do catolicismo seria inevitável. Influenciar os modelos a serem adotados no sistema educacional era prioridade nesse contexto histórico.

Finalmente, em 1873 foi apresentado o projeto de lei da reforma do ensino pelo deputado Augustín de Vedia, contendo diversas modificações no sistema educacional do Uruguai. Entre as alterações constavam o fim da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas e a adoção de métodos de ensino racionalistas. Dom Jacinto Vera, vigário apostólico e governador eclesiástico da República, enviou à Câmara dos Representantes uma comunicação manifestando sua discordância em relação ao projeto lei. Em paralelo, iniciou uma campanha alertando os pais de família sobre o “real significado” da reforma, que seria a difusão do ateísmo. Os argumentos principais baseavam-se na idéia de que, sem o ensino religioso, não haveria moral; logo, as crianças poderiam ser pervertidas.

Frente às pressões católicas, o projeto inicialmente proposto acabou sendo reformulado, tendo a Igreja vencido essa batalha: apenas as escolas laicas poderiam proibir o ensino religioso. No entanto, já em 1876 outra importante iniciativa aconteceu: José Pedro Varela, membro da Sociedade Amigos da Educação Popular, apresentou um novo projeto de lei em torno da questão educacional<sup>10</sup>. Para Varela, era fundamental elevar o nível da educação no país para que fosse possível superar a situação de anarquia e desordem que caracterizava, naquele momento, a sociedade uruguaia. Ele propunha, entre outras coisas, a criação de uma Comissão Nacional de Educação cuja função seria administrar as escolas, adotar os textos e examinar os aspirantes a professores. Mais importante do que isso, o projeto estabelecia os princípios de gratuidade, obrigatoriedade e laicidade parcial do sistema educacional daquele país<sup>11</sup>.

Entretanto, o decreto-lei de 24 de agosto de 1877, firmado por Latorre, declarava obrigatório o ensino religioso nas escolas públicas, salvo para os alunos cujos pais se opusessem a isso. Diversas pastorais atacavam o projeto e as mudanças que estavam mudando o perfil educacional. A Igreja atacava a educação mista nas escolas, pois despertava a malícia. Folhetos e libelos passaram circular com freqüência em Montevideu e no interior, quase sempre atacando e responsabilizando a maçonaria pelas conseqüências malélicas da reforma educacional. Apesar da resistência da Igreja Católica, o projeto de Reforma Escolar e de secularização do Estado uruguaio parecia irreversível.

Tanto era irreversível que o decreto-lei, de 24 de agosto de 1877, estabeleceu o caráter facultativo ao ensino religioso nas escolas do Estado. O que aparentemente fora uma saída intermediária frente às pressões dos dois grupos em disputa, acabou sendo uma vitória liberal, já que a maioria das escolas optou, naquele contexto, pela não-obrigatoriedade do ensino religioso. Os

modelos de ensino racionalistas também foram implementados em boa parte do sistema educacional uruguaio.

---

<sup>1</sup>Uma leitura importante para a questão é: HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, J. JULIA, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998. p. 205-216.

<sup>2</sup> Sobre a história da maçonaria brasileira, ver: BARATA, Alexandre M. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999; COLUSSI, Eliane L. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002; COLUSSI, Eliane L. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo(RS): Ediupf, 2003.

<sup>3</sup> Sobre a presença maçônica no processo de independência das colônias espanholas uma leitura importante é: FERNANDEZ CABRELLI, Alfonso. *La francmasonería en la independencia de hispanoamerica*. Montevideo: Zabala, 1988.

<sup>4</sup> NAHUM, Benjamín. *Manual de historia del Uruguay (1830-1903)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 1994. p. 129-130.

<sup>5</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel. de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 338-365.

<sup>6</sup> Os bispos e a Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1873. Ano 2. n. 1. p. 21.

<sup>7</sup> Sobre esta questão ver: COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Op. cit., p. 436-453.

<sup>8</sup> FERNANDEZ CABRELLI, Alfonso. Iglesia e masoneria en la reforma de la escuela uruguaia. *Hoy es historia – revista bimestral de historia nacional e ibero-americana*. Montevideu Ano VIII, n. 44, marzo-abril/1991. p. 45.

<sup>9</sup> NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia del Uruguay (1830-1903)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 1994. p. 201.

<sup>10</sup> A fundamentação teórica do projeto foi publicado na forma de livreto denominado “La Legislación Escolar”.

<sup>11</sup> NAHUM, Benjamín. *Manual de Historia del Uruguay (1830-1903)*. Op. cit., p. 180.